

## **PROJOVEM URBANO: GESTÃO EM DIFERENTES ESPAÇOS PEDAGÓGICOS**

*Rogério Soares Fragoso*

*Sonia Maria Chaves Haracemiv*

### **Resumo**

O trabalho de pesquisa Gestão de diferentes currículos e espaços pedagógicos no Projovem Urbano - Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos - na modalidade urbana, busca investigar a gestão do referido programa quanto aos espaços e o currículo, identificar as interferências na aprendizagem dos educandos frente às diferentes práticas pedagógicas, individual e coletiva, bem como, identificar as formas de interação, apropriação de conhecimento, reelaboração das experiências e a inserção social e profissional de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O espaço desta investigação são três escolas da Rede Municipal de Educação de Curitiba (RME), da Secretaria Municipal de Educação (SME). Para atender os objetivos do programa, materiais pedagógicos foram especialmente produzidos, compostos de guias, manuais e vídeos destinados a educandos, educadores, gestores e instituições de formação de educadores. O desafio dessa pesquisa reside em pretender ampliar e sistematizar os saberes de práticas que possam transformar a realidade da EJA.

**Palavras-chave:** ProJovem Urbano, Gestão de Espaços, Currículo, Práticas Pedagógicas.

### **Introdução**

O desafio e ao mesmo tempo desejo deste Profissional do Magistério da Rede Municipal de Educação de Curitiba, enquanto pesquisador, reside em pretender ampliar e sistematizar os saberes na educação, com uma concepção de investigação de práticas que acreditam na transformação da realidade. A proposta deste trabalho de pesquisa intitulado: “Gestão de diferentes currículos e espaços pedagógicos no Projovem Urbano”, sob um olhar mais atento quanto a compreensão epistemológica será a de assumir uma postura de enfrentamento em busca de alternativas e dificuldades que se apresentam na prática, o que impedem, em alguns momentos, a inclusão dos jovens no referido programa.

A partir da experiência pedagógica surgiram algumas reflexões que desafiaram os sentimentos deste pesquisador, profissional do magistério, em sua prática educativa. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens na modalidade urbana - ProJovem Urbano - vem buscando formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do programa, o que demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do educando como ser humano. O programa recomenda que o professor, além da condição de especialista em uma disciplina deve atuar como educador, no sentido amplo da palavra, desempenhando dois papéis distintos, mas inseparáveis: todo educador é especialista em sua área de conhecimento, mas é também orientador da aprendizagem, vista como elemento de construção da autonomia intelectual do

educando/sujeito e de uma visão mais ampla do processo educacional (Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, p.139, 2008).

A investigação busca compreender as visões diversificadas sobre os aspectos referentes ao Programa Projovem Urbano, pelos depoimentos de educadores e educandos que vivenciaram e vivenciam as práticas pedagógicas do referido programa, questionando: como a gestão de diferentes espaços e currículos interferem nas práticas pedagógicas e na aprendizagem dos educandos do Projovem Urbano? Qual o perfil do educando egresso do Projovem Urbano que foi atendido no ônibus itinerante e na escola no período de 2006 a 2009, e o perfil dos educandos de hoje? Qual a interferência na aprendizagem do educando, sendo ele o dono da voz no Projovem Urbano, no espaço do ônibus? Quais as diferenças no desenvolvimento das práticas pedagógicas do Projovem Urbano no atendimento ao currículo da escola e do ônibus? Qual o significado na aprendizagem do educando do Projovem Urbano no atendimento individual e coletivo?

O objetivo dessa pesquisa é identificar a gestão dos espaços, escola e ônibus itinerante e o currículo do Projovem Urbano quanto à interferência nas práticas pedagógicas e na aprendizagem dos educandos. Para tanto, foi necessário historiar a implantação do programa Projovem Urbano na Rede Municipal de Educação de Curitiba (RME), Secretaria Municipal de Educação (SME), buscando traçar o perfil do educando egresso, o qual foi atendido no ônibus itinerante e na escola no período de 2006 a 2009. Nessa busca também faz-se necessário traçar o perfil dos educandos que hoje frequentam o Projovem Urbano na voz do educando egresso do referido programa, na Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, buscando ouvir na voz dos educandos quanto à significação da aprendizagem. Assim é possível comparar, a partir das experiências vividas, as diferenças no desenvolvimento das práticas pedagógicas do Projovem Urbano no atendimento ao currículo da escola e do ônibus itinerante, o significado da aprendizagem no atendimento individual e coletivo, relatando as experiências e vivências, no período de 2006 a 2015, leitura crítica e reflexiva da luta pela direito à educação voltada aos jovens da faixa etária de 18 à 29 anos.

O espaço escolhido para esta investigação são três escolas da Rede Municipal de Educação (RME), da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME), a qual está comprometida com a democracia, a participação, a inclusão e a transformação social. Também, foi consultado o cadastro dos egressos de 2006 a 2009, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) (BRASIL, 2008), e do período de 2009 a 2015 na Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Esse artigo tem como foco a história da implantação do programa Projovem Urbano em nível nacional e na Rede Municipal de Educação de Curitiba, e a significação da aprendizagem com diferentes gestões de espaços na voz dos educandos do referido programa.

### **Historiando a implantação do Programa ProJovem Urbano**

Em junho de 2005, a Medida Provisória 238/2005, instituiu o ProJovem Urbano, convertida na Lei 11.129/2005, regulamentada pelo Decreto 5.557 de 05/10/2005, o qual definiu em seu artigo segundo, a finalidade do programa:

(...) executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma do curso previsto no artigo 81 da Lei 9.394/96, a elevação da escolaridade dos jovens, visando a conclusão do Ensino Fundamental, à Qualificação Profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de Ações Comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local (Parecer CNE/CEB nº: 18/2008, Secretaria - Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional da Juventude/Coordenação Nacional do ProJovem Urbano)

Conforme determina a lei 11.692/2008, a faixa etária de atendimento foi ampliada para 18 a 29 anos e aumentou a duração do curso para 18 meses. Desde a sua criação o Projovem Urbano teve o caráter de intervenção emergencial, destinada a atender parcela significativa dos jovens com o perfil socioeconômico tipificado como público-alvo, que tem necessidade de retornar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos. Assumiu também caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas, constituindo sua proposta curricular com base em conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o Ensino Fundamental, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista da sua formação. A Qualificação Profissional tem-se apresentado como um dos fatores principais de atração para o programa representando fator decisivo para o ingresso no curso e uma chance de aprender uma profissão. A Participação Cidadã representa oportunidade significativa de aprendizagem, resgate de cidadania e desenvolvimento social (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.20, 2012).

Com intuito de ampliar o programa e de incorporá-lo efetivamente às políticas nacionais de educação, em 21 de dezembro de 2011, o Decreto 7.649 determinou que a execução e a coordenação nacional do Projovem Urbano ficassem no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim o programa passou a ser executado em âmbito nacional, no Ministério da Educação, ficando integrado à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2011).

Em âmbito local, passou a ser coordenado pelas secretarias de educação dos estados e/ou municípios e do Distrito Federal, que a ele fizerem adesão. A condição para que os municípios parceiros iniciem suas atividades é a existência de pelo menos um núcleo com 200 estudantes. As secretarias e seus órgãos são orientados a planejar um esquema de ação próprio para informar aos jovens de sua localidade sobre a oferta do programa (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.20, 2012).

As matrículas dos estudantes são feitas diretamente nas escolas públicas escolhidas pelos entes federados parceiros para desenvolver o curso. O programa integra a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional, somando o trabalho como princípio educativo. É o resultado da integração e articulação entre ambas, concebido como alternativa de inclusão social de jovens excluídos da escola e do trabalho. Essa inclusão social se dará pela elevação dos níveis de escolaridade desses jovens, pela sua qualificação inicial para o trabalho e pela sua participação cidadã que busca incluí-los social e culturalmente, como cidadãos atuantes.

Conforme parágrafo 1º. do artigo 3º. do Decreto 5.154/2004:

(...) a educação e a certificação para o trabalho serão planejadas de forma a compor itinerários formativos por arcos ocupacionais, em termos de consideração do conjunto das etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (BRASIL, 2004).

O programa propõe um trabalho na perspectiva de contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola; a identificação de oportunidades de trabalho e qualificação profissional inicial; a oferta de oportunidades de desenvolvimento de vivências desses jovens em ações comunitárias e o acesso dos educandos à inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.25, 2012).

A meta inicial do ProJovem Urbano foi atender a cerca de 200.000 jovens, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006 ampliou o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo recebido a adesão de 29 cidades (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.13, 2012).

A avaliação do programa em 2010 indicou que os jovens excluídos estão mais dispersos geograficamente, apontando a necessidade de ampliar o alcance do programa para cidades menores, uma vez que parte substantiva dos jovens brasileiros deixa de ser contemplada, quando se restringe o atendimento a municípios com mais de 200 mil habitantes

(Manual do Educador: Orientações Gerais, p.13, 2012). Democratizar as vagas disponíveis em cada município tornou-se um dos grandes desafios para garantir o sucesso do ProJovem Urbano, pois era preciso fazer com que todos os jovens que se enquadrassem no perfil do público-alvo, tivessem acesso às informações sobre o programa e encontrassem condições igualitárias e transparentes para se inscreverem e garantirem seu ingresso (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.16, 2012).

A avaliação do programa em 2010 indicou o limite das atuais ofertas educacionais para esse tipo de público e deixou clara a dependência desses jovens em relação às políticas específicas. Demonstrou, ainda, que eles não tiveram, anteriormente, oportunidades educacionais adequadas nem chances de se preparar para os desafios do mundo do trabalho (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.16, 2012). Mostrou também que os jovens se preocupam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão por acreditarem que estas são condições básicas para sua emancipação e a de suas famílias. E têm perfeita noção de pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas.

É preciso observar que é difícil a relação desses jovens com o mercado de trabalho. A própria colocação no mercado formal é geralmente precária e de curta duração (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.16, 2012).

O Projovem Urbano é um dos eixos fundamentais da Política Nacional e representa o compromisso para com os jovens brasileiros que mais sofrem com as consequências de um processo de exclusão dos bens sociais, entre os quais a educação e o trabalho. Neste contexto, o programa ProJovem Urbano é voltado especificamente para o segmento mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que terminaram o quinto ano, mas não concluíram o nono ano do Ensino Fundamental, sendo que muitos não tem vínculos formais de trabalho. O programa caracteriza-se como emergencial, atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ao Ensino Médio, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem. Foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo federal em 2005. Implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretária-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Viabilizou-se, por meio dos sistemas de educação a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e de Qualificação Profissional (Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, p.48, 2008).

A formação integral no ProJovem Urbano compreende atividades de Formação Básica (800 horas), Qualificação Profissional (350 horas) e Participação Cidadã (50 horas), somando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1.600 horas. Aos alunos, devidamente matriculados, é concedido um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00 (cem reais). O recebimento desse auxílio condiciona-se à frequência e à entrega dos trabalhos escolares. Assim, o educando deve comparecer todo mês a, pelo menos, 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa, incluindo as atividades de Participação Cidadã programadas e entregar 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês.

O exame nacional externo para fins de certificação no Ensino Fundamental ocorre ao término do curso e tem como referência uma matriz de habilidades e conhecimentos elaborada em consonância com o currículo, por comissão especialmente designada para essa tarefa. O programa também oferece certificação de Qualificação Profissional em um arco de ocupações (Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, p.23, 2008).

O programa caracteriza-se por apresentar: propostas inovadoras; Projeto Pedagógico Integrado (PPI), articulando conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional Inicial e experiências de Participação Cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do programa, constando de guias, manuais e vídeos destinados a alunos; educadores; gestores e instituições de formação de educadores. O programa propõe estratégias com objetivo de reconduzir os jovens para os sistemas educacionais, criando e validando múltiplas formas e múltiplos espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de permanência neles (Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, p.15, 2008).

A organização curricular inovadora e flexível, busca aliar teoria e prática, que se articula à dimensão educativa do trabalho e à participação cidadã. Apresenta Unidades Formativas tendo como propósito possibilitar a construção do conhecimento em um processo contínuo. Cada Unidade Formativa articula-se em torno de um eixo estruturante, de instrumentais conceituais e de ações curriculares. O eixo estruturante corresponde, em cada unidade, a uma situação de instrumentos conceituais que indicam a perspectiva de abordagem da situação-problema.

As ações curriculares, relativa às áreas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna-Inglês, Artes, Matemática e Informática, estavam presentes em todas as Unidades Formativas. No tratamento dos instrumentais conceituais, busca combinar a ótica das Ciências

da Natureza (Física, Química e Biologia) com a ótica das Ciências Humanas (Língua Portuguesa, Geografia, História, Ciências Sociais e Língua Estrangeira Moderna-Inglês) (Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, p.80, 2008).

As Unidades Formativas propostas pelo programa distribuem-se à partir das seguintes temáticas:

**Unidade Formativa I: Juventude e Cultura** – Os jovens e a cultura como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo, forma identidades, produz linguagens e ferramentas, institui regras e costumes. Reposicionamento diante do fato de que o reconhecimento social de distintas culturas está sujeito às relações assimétricas de poder político e econômico (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.48, 2012).

**Unidade Formativa II: Juventude e Cidade** – A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Reposicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.52, 2012).

**Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho** – O mundo do trabalho, as transformações pelas quais vem passando a sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no trabalho. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.54, 2012).

**Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação** – Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e comunicação (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.56, 2012).

**Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia** – Ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.59, 2012).

**Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania** – Diferenças sócio culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e Inter geracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça-etnia, deficiências físico-psíquicas) (Manual do Educador: Orientações Gerais, p.60, 2012).

Os princípios da proposta pedagógica do ProJovem Urbano incluem as ideias de protagonismo do jovem e democracia participativa, a gestão da sala e aula implica relação pedagógica de mão dupla: não é apenas o educador que ensina para o educando aprender; há uma troca de saberes: ambos ensinam e ambos aprendem. Não se pode deixar de valorizar o que cada um tem a dar: todo mundo é bom em alguma coisa! Por isso é tão interessante que o currículo seja amplo e diversificado, abrangendo diferentes dimensões do ser humano, possibilitando aos educandos várias oportunidades de contribuir para com curso, os colegas e para com a comunidade.

A gestão da classe implica levar em conta a negociação entre educandos e educadores, que resulta no currículo real. É necessário que as questões sejam discutidas, abrindo-se a possibilidade de acordos entre educandos e educadores, entretanto, há que se levar em conta a questão do estabelecimento de limites, pois, fazem parte do contexto dos jovens, mas são focalizados pelos diferentes campos do conhecimento segundo as especificidades do olhar de cada um,

[...] tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens no que se refere aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania. Entende-se ainda que o acesso a esses direitos, assim como a outros direitos universais, só será pleno quando a sociedade reconhecê-los e, particularmente, quando os segmentos deles privados assumirem-se como cidadãos ativos, conscientes do seu direito a ter direitos e da necessidade de lutar por eles (BRASIL, 2012, p.34).

Há assuntos sobre os quais se podem discutir, estabelecer acordos, votar, há outros que podem ser discutidos para assegurar que todos os compreendem bem, mas que são inegociáveis: não se pode admitir violência, agressão física ou verbal aos colegas e educadores; não se pode abrir mão da aprendizagem, das provas e do cumprimento de determinadas tarefas (Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano, p.112, 2008).

Em Curitiba os núcleos que atendem o ProJovem Urbano são escolas da Rede Municipal de Educação de Curitiba (RME), Secretaria Municipal de Educação (SME), comprometidas com a democracia, a participação, a inclusão e a transformação social, trabalhando com gestão compartilhada. O início dos trabalhos foi na data de 21 de Janeiro de 2006, tanto nas sete escolas e o “ônibus itinerante”, que atendia as oito regionais. Os professores selecionados foram capacitados, profissionais competentes e engajados na proposta, com objetivo de mudanças significativas na modalidade de ensino para jovens, da faixa etária entre 18 a 29 anos, da cidade de Curitiba.

Adotando novos paradigmas e novos métodos por parte dos educadores, que foram desenvolvidos ao longo de inúmeros encontros e debates entre especialistas em educação, trabalho e assistência sociais, proporcionados pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

### **Projovem Urbano: na voz dos educandos a significação da aprendizagem com diferentes gestões de espaços**

A proposta do ProJovem Urbano para Educação Básica de jovens e adultos, em Curitiba, anúncio de uma possibilidade ineditamente viável, não ocorre ao acaso nem vem

sendo construída individualmente, mas sim como alternativa construída coletivamente a partir da vivência crítica, capaz de superar as situações-limites que muitas vezes dificultam a concretização.

Aprender a trabalhar cooperativamente e a levar os educandos a fazê-los também, planejando e executando coordenadamente as atividades de ensino e aprendizagem, de modo a favorecer, juntamente com as apropriações dos conteúdos básicos e a concretização da interdisciplinaridade, a formação das identidades dos jovens, o desenvolvimento de seus valores éticos e de cidadania, na certeza de que:

Os objetivos propostos nos planejamentos de aprendizagem devem ter relação com os programas escolares e com as disciplinas que exigem noções e conhecimentos [...]. Uma parte das competências que desenvolve-se com os objetivos propostos apela para saberes escolares básicos e para as habilidades fundamentais (ler, escrever, contar) (FREIRE, 2001, p. 34).

No entanto, entre o pensado na proposta original e o vivido algumas situações-limites, mesmo que denunciadas e anunciadas, podem causar contratempos. Uma proposta diferenciada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser pensada nos processos de ensino e aprendizagem a partir do educando, considerando que:

Ensinar a pensar certo não é uma experiência em que ele - o pensar certo - é tomado em si mesmo e dele se fala ou uma prática que puramente se descreve, mas algo que se faz e que se vive enquanto dele se fala com a força do testemunho (FREIRE, 1996, p. 41).

Considerando a fala do mestre, a boa prática pedagógica deve: respeitar e partilhar o processo que será vivido por todos como algo novo, preservando a individualidade de cada um. Assim, a esperança de que tudo pode dar certo tomou conta dos educandos e dos educadores, principalmente acreditaram que:

[...] exercendo como ser humana a irrecusável prática de interligar, desafiar o educando com quem se comunica e a quem se comunica produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico (FREIRE, 1996, p. 42).

O resultado foi um conjunto inovador que combinou ações educacionais, formação profissional e desenvolvimento comunitário. A experiência atraiu outros jovens ao programa, permitindo a ampliação de novos espaços e entradas de educandos no programa Projovem Urbano no município de Curitiba.

Porém, é preciso ressaltar uma discussão de um dos problemas ao qual lutou-se desde o início do percurso: o fato da Exclusão Escolar, exigindo uma reflexão destacando a palavra

exclusão, onde percebe-se que este termo vem do latim *exclusionem* e significa *ato de excluir, exceção; quando alguém é privado ou excluído de determinadas funções*, no caso, excluído de estudar, sendo esta uma *“ação ou efeito de colocar à margem um ou vários indivíduos. Supressão que pode ser de direitos e/ou do acesso a bens ou serviços, tanto materiais quanto simbólicos”* (NASCIMENTO, 1994, p. 2).

Também o termo exclusão escolar apresenta uma variação de significados, como: situações de carência, discriminação, vulnerabilidade, violência, falta de oportunidade, prioridade, dentre outros. Seguindo com todos estes questionamentos, onde a pergunta que não queria se calar era: porque tantos jovens fazem parte desta exclusão escolar?

Uma das respostas encontrada ao longo da pesquisa é de que são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. As práticas revelaram que existem muitos fatores que interferem na ausência escolar destes jovens, dentre eles se destacam: surgimento de uma inesperada gravidez, conseqüente necessidade de começar a trabalhar, ter que ajudar os pais, problemas de saúde, a escola ser longe de casa, relação difícil com os professores, não da escola, o comportamento não ser o mais adequado e, devido a isso, terem sido “convidados” a sair da escola, dependência químicas, ou ainda, jovens que viveram de curtos percursos escolares e que não usufruíram de uma preparação adequada.

Mediante vários problemas, estudar passa a ser uma atividade secundária. Portanto, alguns desistiram de estudar, por começarem a trabalhar, alegavam: *“não ter ajuda, o tempo para estudar era pouco e não conseguiam cumprir as atividades, desmotivando-se até desistirem”* (EDUCANDOS, 2009).

Pelas periferias da cidade de Curitiba, com mutirões realizados pela coordenação em conjunto com o grupo de professores, nos finais de semana, o ônibus percorria “favelas”, “invasões” e “becos”, estradas de barro, subidas e descidas, à procura de jovens que tinham o perfil solicitado para estudar no programa. Com esta iniciativa, começaram a embarcar os primeiros “passageiros”: eram jovens à margem da sociedade, alguns com famílias desintegradas, “viciados”, com sérios problemas de aprendizagem e grande defasagem de conteúdo, enfim, jovens com pouca ou nenhuma perspectiva.

O clima hostil foi sendo superado com o aprimoramento das relações entre educadores e educandos nas salas de aula. Os educandos traziam em seus rostos de rapazes e moças traços evidentes de sua história, as quais de vida marcantes. Eram jovens esperançosos e animados porque no trajeto desta viagem iriam receber a tão esperada bolsa de R\$ 100,00 (cem reais), e de participar das ações comunitárias de Participação Cidadã, e especialmente, pela oferta dos cursos de Qualificação Profissional.

Infelizmente alguns foram ficando ao longo do caminho, muitos foram os motivos relatados, como: “surgiu um emprego, mesmo não sendo registrado, incompatível com o horário das aulas, problemas de saúde, internação em clínicas de reabilitação para drogados, cumprindo penas em penitenciárias” (*EDUCANDOS, 2009*). Algumas das moças relataram que foram submetidas ao “machismo” de seus maridos que, com ciúmes, desencorajavam e até proibiam suas esposas de frequentarem as aulas, sendo excluídas uma vez mais do direito de estudar. Enfim, exclusões dos mais variados tipos: econômica, social, da informação e da cultura. A experiência positiva atraiu outros jovens, permitindo a realização de novas entradas do programa no município de Curitiba. Olhar para trás e enxergar o caminho percorrido é ver que o ProJovem Urbano está cada vez mais consolidado como uma política pública de relevância para a juventude curitibana, como pode ser constatada nas vozes dos educandos quando colocam que:

ProJovem: presença constante que me ensinou; nos textos dos guias de estudo; ou nos momentos de lição; a valorizar os caminhos; da minha formação (*EDUCANDO DO NÚCLEO DONA POMPÍLIA, agosto 2006*).

Quero falar de um programa; adivinha onde ele existe; deve estar dentro da escola ou caminha pelos bairros, apoiado pela Secretaria da Educação. Pode estar aqui do lado; bem mais perto que pensamos; a faixa da juventude; e a faixa certa deste programa que nos ajuda de montão (*EDUCANDA DO NÚCLEO AMÉRICA SABÓIA – junho-2008*)

Ao integrar Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, o programa oportunizou aos jovens novas formas de interação, apropriação de novos conhecimentos, reelaboração de suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, reposicionamento quanto à sua inserção social e profissional.

Se acreditarmos que a formação de competências não é evidente e que depende em parte da escolaridade básica, resta decidir quais ela deveria desenvolver prioritariamente. Ninguém pretende que todo saber deve ser aprendido na escola. Uma boa parte dos saberes humanos é adquirida por outras vias. Dizer que cabe à escola desenvolver competências não significa confiar-lhe o monopólio disso (*PERRENOUD, 1999, p. 39*).

A atuação dos educadores do Projovem Urbano se estabeleciam nas escolas e nas salas de aulas, espaços educativos nos quais as propostas pedagógicas se concretizavam. É nesses espaços que se constrói o currículo real.

Queremos uma escola capaz de trabalhar um currículo significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem, em que a proposta político pedagógica esteja alicerçada a uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, e que o educador, na concepção de Paulo Freire, seja aquele que “ensina os conteúdos de sua disciplina

com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu quefazer” (FREIRE, 2000, p. 44).

No caso do Projovem Urbano, isso significa, sobretudo, lidar com o múltiplo e os plurais presentes nas experiências e conhecimentos prévios dos jovens.

### **Uma pequena reflexão...**

Nossa vida de professor pode ser comparada à uma viagem de ônibus, principalmente nós, como educadores do Projovem Urbano, em nosso agitado cotidiano de sala de aula e até mesmo atuando no interior de um ônibus. Surge então nesta viagem e em nossa carreira profissional o Projovem Urbano, que exigiu de nós professores e coordenação, uma interação entre todos para que pudéssemos superar as diferenças de personalidade e unir os talentos de cada um para alcançarmos o mesmo objetivo: a formação educacional e profissional dos nossos educandos. Associar forças, somar as competências, estabelecer a real união para juntar as ideias e construir um processo de aprendizagem melhor; é o que nos move a lecionar no Projovem Urbano.

O programa exigiu da coordenação e de nós professores e dos próprios jovens, com estilos, culturas e formações diversificadas, construir o diferencial desta equipe que se formou no Projovem Urbano ao longo destas fases. Fases estas, que muitas vezes foram marcadas pelo pessimismo e pelas dificuldades pedagógicas e administrativas que marcaram o percurso desta viagem.

Vale dizer aqui: “o impossível é apenas aquilo que alguém teve coragem de realizar”. Podemos falar que nós tivemos essa coragem, impulsionados muitas vezes por um sonho, movidos por uma paixão; fomos aos poucos envolvidos pelo desafio que nos foi apresentado pela nossa coordenadora municipal. Nos unimos e unidos fomos todos maiores do que somados unicamente, juntamos forças contra as ameaças que nos faziam, em alguns momentos, desistir. Formamos com coordenação municipal, pedagógica, administrativa e professores um grupo capaz de superar os obstáculos que surgiram no trajeto deste trabalho, os quais, diga-se de passagem, nos fortaleciam e cada obstáculo vencido era para nós um aprendizado; a superação de um novo desafio. Com a confiança mútua, esforço coordenado e cooperação voluntária, o que parecia ser uma tarefa intransponível, tornou-se um estimulante desafio.

Depois de termos passado pelo programa Projovem Urbano, acredito que nunca mais seremos os mesmos educadores que éramos antes. Aprendemos a trabalhar cooperativamente

e a levar nossos educandos a fazê-los também, planejando e executando coordenadamente as atividades de ensino e aprendizagem, de modo a favorecer, juntamente com as apropriações dos conteúdos básicos e a concretização da interdisciplinaridade, a formação das identidades dos nossos jovens, o desenvolvimento de seus valores éticos e de cidadania.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Cadastro Nacional de Estudantes do Projovem Urbano**. Brasília – DF, 2008.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Manual do Educador Projovem Urbano: Orientações Gerais**. Brasília – DF, 2012.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Parecer CNE/CEB nº: 18/2008**. Brasília – DF, 2008.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores – Projovem Urbano**. Brasília – DF, 2008.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília – DF, 2008.

CASTRO, Jorge A. de; **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008.

CURITIBA. **Resolução e Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal da Educação, Gerência de Educação de Jovens e Adultos. Curitiba, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 22<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NASCIMENTO, Elimar. **Exclusão social: as múltiplas dimensões do fenômeno**. Brasília: UnB, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.